

América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história

Ailton de Souza¹

¹ Professor de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pesquisador na área de Ciência Política. E-mail: ailton2006@uol.com.br

RESUMO: Desde suas origens no século XV o conceito América Latina e a identidade latino americana é fonte de diferentes interpretações. Algumas delas presentes na literatura dominante até o século XX foram marcadas por definições equivocadas e até preconceituosas. Tal cenário intensificou reações de uma literatura crítica regionalista centrada sobretudo, na defesa nos valores locais. No entanto, do antagonismo teórico envolvendo ambas as visões pelo menos dois aspectos se destacam: a polêmica em torno da origem conceitual do termo América Latina e o contraste em torno da ideia de identidade latina americana. Neste sentido, visando analisar ambos os pressupostos deste recorte histórico o presente artigo retoma a polêmica sobre o surgimento do conceito de América Latina e evidencia a luz da teoria o enfoque da legitimidade da identidade latina. Por outro lado, enfatiza também o debate em torno da ideia de “pertencimento” do Brasil a região, tema amplamente discutido no início do século XIX. Ao término deste percurso teórico analítico este artigo conclui que não há um consenso sobre os primeiros autores a utilizar a terminologia América Latina, e que a identidade latina ainda é um tema em construção. Todavia, evidencia que o reconhecimento da unidade de nações latinas na história mundial se relacionam entre outros fatores ao despertar do homem latino para as especificidades de seu povo, cultura e língua. Riqueza que, aliada ao sentido de união das nações para superação dos seus principais problemas são fatores que podem potencializar a ideia de América Latina não apenas como conceito, mas também como região soberana e independente.

Palavras-chave: América Latina, *Latin América*, Identidade.

ABSTRACT: Since its origins in the 15th century the term Latin America and the Latin American identity leads to different interpretations. Some of them present in literature dominant until the 20th century were marked by faulty settings and even biased. Such a scenario has intensified a critical reactions regionalist literature focused mainly on defense in local values. This antagonism theoretical highlight at least two aspects: the conceptual origin of Latin America and the contrast around the Latin American identity, especially in relation to historical literature. Entered under this analytical clipping this article reproduces the controversy of the emergence of the concept of Latin America and highlights the historic speech under the focus of

Latin identity's legitimacy. In addition, the historic clash about the idea of belonging of Brazil to Latin America. Immersed in this theoretical panorama emphasizes Lastly, that the recognition of Latin Nations in world history relate to each other factors when waking from Latin man to the specifics of its people, culture and language. This richness Allied Nations Union to overshoot their main problems are factors that can certainly enhance the sense of Latin America not only as a concept, but also as a sovereign and independent region.

Keywords: Latin America, concept, identity.

1 Introdução

O conceito de América Latina e de identidade latino americana são alguns dos temas que por diversas décadas foram pautas de amplos debates e interpretações divergentes, concebidas de um lado, por uma literatura dominante – de origem colonizadora –, que interpretava a região negativamente e, de outro pela teoria regionalista, composta predominantemente por intelectuais de origem latina.

As pautas deste debate ainda inconcluso e polêmico geraram questionamentos sobre o futuro da região enquanto soberana e independente e de sua unidade pelos laços da colonização. A problemática em torno desta questão, embora, nas últimas décadas pouco aprofundada apresenta contrastes significativos para o conhecimento histórico. Assim sendo, retomar a discussão em torno da origem do conceito e da legitimidade de uma identidade latino americana tornam-se temas relevantes para o pensar crítico contemporâneo.

Seguindo nesta direção, os objetivos deste artigo se concentra na análise de pelo menos dois aspectos singulares: o debate teórico sobre a origem conceitual do termo América Latina e a articulação em torno da identidade latina, sobretudo, em relação a sua formação histórica. A partir deste recorte analítico retomamos a polêmica sobre o surgimento do conceito e da construção da identidade latina realçando o antagonismo do discurso histórico do século XIX.

Para fins de exposição o presente artigo está organizado em três partes além desta. Na primeira, abordamos a questão da formação do conceito América Latina a luz da análise da teoria histórica gestada nas últimas décadas. Articulamos, nesta abordagem, ainda que, de modo superficial, alguns aspectos da literatura colonialista e da crítica “regionalista”. Na segunda parte de nossa exposição, apresentamos este debate em torno da ideia do pertencimento do Brasil a América Latina do século XIX e em seguida abordamos a questão da identidade latino americana. Sobretudo, a partir da ideia da unidade da região. Por fim, apresentamos nossas considerações gerais.

2 América Latina: concepções sobre a origem do conceito

O conceito de América Latina corresponde na atualidade a uma região que abarca segundo Araújo (2006), mais de 700 milhões de habitantes e envolve ao todo, 12 países da América do sul, 07 América Central e 14 do Caribe, ou seja, os países que estão abaixo do Rio Grande – rio que separa México dos EUA. Sua superfície total é

de 21.000 quilômetros quadrados tendo como idiomas principais o português, o espanhol, o inglês e diversas línguas indígenas.

No que se refere a origem conceitual do termo, o mesmo é tema controverso na literatura, de modo que não há apenas uma única interpretação, mas sim, diversas. Contudo, ressalta-se, num primeiro momento, que grande parte da literatura histórica estrangeira contemplava a região a partir de visão negativa e até mesmo discriminatória em relação ao seu povo, sua cultura ou aspectos geográficos.

Tal postura, aliada ao não reconhecimento da identidade da região pelas nações colonizadoras era visto como um problema por parte de intelectuais nacionalistas. Este paradigma, entretanto, perdurou por várias décadas do século XIX e a quem diga, que ainda persista na atualidade em países colonialistas, porém, assumindo proporções mais singelas em relação aos posicionamentos mais enfáticos da época.

Do ponto de vista histórico o termo América Latina segundo aponta Bethell (2009), é essencialmente de origem francesa derivado da terminologia “*Amérique Latine*”, sendo utilizado primeiramente por intelectuais franceses em meados do século XIX, para justificar o imperialismo francês no México sob domínio de Napoleão III. No entanto, Napoleão III segundo aponta Morse (1988), utilizou o termo América Latina quase quatro séculos após a descoberta das índias ocidentais como parte de um discurso “geoideológico” para uma suposta unidade linguística, cultural e racial dos povos latinos em contraposição aos germânicos, anglo-saxões e eslavos.

Porém, muito embora, o termo seja enfatizado como de origem francesa, há controvérsias sobre quem primeiro utilizou a expressão na literatura. A este respeito, Feres Jr (2004) argumenta que o termo foi utilizado pela primeira vez em 1856 no poema “Las dos Américas” de José Maria Torres de Caicedo, “enquanto América Latina em espanhol e na forma francesa *Amérique Latine* começaram a ser usadas a partir de meados do século XIX, porém, a sua tradução inglesa, *Latin America*, só aparece na última década daquele século” (FERES JR, p. 69).

Já Bruiti (2005), enfatiza que foi dois sul-americanos os inventores do conceito, o colombiano Caicedo – também mencionado por Feres Jr –, e o jurista argentino Carlos Calvo. Tendo este último publicado em 1864 em Paris, uma obra monumental em vinte volumes sob o título de “*Recueil complet des traités, conventions, capitulations, armistices et autres actes diplomatiques de tous les Etats de l’Amérique latine compris entre le golfe du Mexique et le Cap Horn depuis l’année 1493 jusqu’à nos jours*. Ou seja, “Recolhimento completo de tratados, convenções, capitulações e atos diplomáticos dos Estados da América Latina compreendidos entre o golfo do México e o Cabo Horn desde o ano 1493 até aos nossos dias”. Obra que para Bruiti marcou a origem do conceito na teoria da época.

Todavia, a polêmica em torno dos possíveis introdutores do conceito na teoria foi para Bethell (2009) relacionado a três grandes candidatos:

“José María Torres Caicedo, jornalista, poeta e crítico colombiano nascido em 1830 em Bogotá e falecido em 1889 em Paris; Francisco Bilbao, intelectual socialista chileno (1823-1865), e Justo Arosemena, jurista, político, sociólogo e diplomata colombo-panamenho (1817-1896), (p.290).”

O primeiro, conforme ressalta o autor, residindo em Paris em 1856 teria feito inúmeras referências a América do Sul e a América Espanhola enfatizando um apelo ao final do seu poema pela unidade dos povos sul contra a América do Norte. O poema editado sob o título “*Las dos Américas*” foi publicado em fevereiro 1857 no jornal de língua espanhola *El Correo de Ultramar*. Posteriormente, este autor também publicaria em 1861 e 1865 respectivamente em Paris mais dois títulos “Bases para formação de uma Liga latino americana” e “União latino americana, pensamento de Bolívar para formar uma liga americana, sua origem e desenvolvimento”.

Já o segundo autor, Francisco Bilbao organizou em Bruxelas em 1856 o “Movimento social dos povos da América Meridional” e, em um discurso para um pequeno grupo de pessoas em Paris em 22 de junho do mesmo ano, expôs suas reflexões sobre raça e unidade latino americana. O discurso sob o título “Iniciativa da América: Ideia de um congresso das Repúblicas” foi posteriormente publicado em um panfleto de 32 páginas. E com seu regresso a Buenos Aires em 1857, publica mais três obras: “A América em perigo” (1862); “Emancipação do espírito na América” (1863), e “O evangelho Americano” (1864).

Por fim, Justo Arosemena, que na época representante liberal no Estado do Panamá no senado colombiano que, referiu América Latina ao interesse latino-americano em um discurso em Bogotá em 20 de julho de 1856 e em seus artigos publicados em “El neogranadino” em 15 e 29 de julho de 1856 sob o título “A questão americana e sua importância” e posteriormente sob o título “Estudos sobre ideia de uma liga americana” publicado em 1864.

Todavia, embora, exista certa divisão de opiniões sobre quem seja o primeiro autor a protagonizar o termo, os autores enfatizados são apenas alguns dos mais enfatizados, porém esta lista segundo Bethell pode ser ampliada por outros nomes como o colombiano José Maria Samper com publicação do artigo “América e Espanha” em 1858; o chileno Santiago Arcos em “La Plata, estudo histórico” em 1865; os também chilenos José Victorino Lastaria e Benjamim Vicuna Mackenna na coleção de “Ensaio relativos a união e confederação dos povos hispano-americanos de 1862; e em seu livro a “A América de 1867”. Obras que foram publicadas em Madri e Paris dado ao fato da residência destes autores ser na época a Europa.

Não obstante, ainda que, não se haja consenso quanto quem seja o introdutor do conceito na teoria, outro aspecto polêmico que dividiu opiniões na teoria do início do século XIX, foi a relação de pertencimento do Brasil a América Latina, dado principalmente a colonizações distintas da América Latina como pela Espanha e Portugal.

3 O “pertencimento” do Brasil a América Latina

Atualmente é consenso considerar que o Brasil é parte indissociável da América Latina, no entanto, nem sempre foi assim na literatura emergente entre os séculos XVIII e XX. Segundo reporta Bethell (2009), tal ideia não era compactuada entre os autores de países de língua latina e, nem mesmo dos próprios brasileiros na época. O Brasil sob este contexto, somente passou a fazer parte da América Latina a partir do momento em que se fora cunhada a expressão “*Latin América*”. Ou seja, quando

principalmente os EUA, a Europa e o resto do mundo passaram a considerar o Brasil como parte integrante da “*Latin America*” em meados dos anos 1920 e 1930, especificadamente durante a segunda guerra mundial e guerra fria.

Entretanto, muito embora a América Latina num primeiro momento fosse considerada sinônimo de América Espanhola, o Brasil em contra partida era tido como parte da América Meridional ou da América do Sul na visão de intelectuais e escritores hispano-americanos. Tal visão também era compartilhada por diversos diplomatas, escritores e intelectuais brasileiros que viam certas diferenças no contexto geográfico e histórico que os separavam da América espanhola e os levavam a sentirem mais próximos da Europa e, sobretudo, da França.

Os países a qual compunha a América espanhola tinham interesses exclusivos e visavam se fortalecer a partir da criação de uma confederação ou nação única. Tal iniciativa era o pretexto para encontros entre os governantes dos países de língua espanhola liderados inicialmente por Simon Bolívar em 1815. Todavia, as várias tentativas de reunir os governos destes países não se confirmaram, dado a ausência de países significativos para a concretização deste objetivo¹.

No entanto, para grande parte dos intelectuais dos países de língua latina o Brasil também era ignorado como parte da América Latina. Situação que somente começa a se alterar a partir do posicionamento do argentino Manuel Baldomero Ugarte que defendeu a inclusão do Brasil na América Latina em seus escritos em 1910/18 no artigo intitulado “*El porvenir de América Latina: La rasa, la integridad territorial y moral, la organización interior*”. Contudo, é somente a partir da década de 90 do século XIX, quando o termo norte-americano “*Latin América*” é cunhado que América Latina e principalmente o Brasil passam a ter um tratamento recíproco, especialmente no que tange ao comércio.

Este estágio de homogeneização da América Latina que começa a ser concretizado leva a terminologia ser a expressão mais utilizada, especialmente pelos falantes de língua inglesa ao se referir aos habitantes das ex-colônias de Espanha e Portugal no Novo Mundo.

Não obstante, o uso do termo “*Latin América*” em quase todo o século XX, na América do Norte assinalou segundo Feres (2004), três tipos de oposições assimétricas no campo semântico do conceito: 1) na oposição assimétrica cultural ocorrida quando a *Latin América* era definida pela falta ou negação dos hábitos, costumes e instituições atribuídos ao Eu coletivo Americano. Contexto, em que a América se imagina como protestante universalista e democrática, enquanto a *Latin América* é imaginado como o outro católico, particularista e autoritário; 2) na oposição assimétrica temporal –, que ocorreria quando a *Latin América* era definida pela falta de sincronia com o presente histórico e do Eu histórico Americano, por incapacidade histórica. Neste caso, enquanto a autoimagem americana se propunha moderna, progressista e desenvolvida como um agente de sua própria história, a *Latin América* era definida como primitiva,

¹ Conforme reporta Bethell (2009), houve convites para que o Brasil também participasse de alguns encontros, porém, estes convites para o país eram informais, uma vez que de fato não fazia parte do projeto da confederação latina.

tradicional, atrasada e subdesenvolvida e, 3) na oposição assimétrica racial – que ocorria quando o Outro era definido pela falta ou incompletude das características físicas ou psicológicas do Eu. Contexto que a América se definia como branca e anglo-saxônica e a *Latin América* era definido como uma região de não brancos e mestiços.

O entendimento e a postura pouco amistosa do correspondente a terminologia pelas nações colonizadoras em especial os EUA, partia do fato destes países encarar a região pelos problemas enfrentados pela região em vários contextos em especial ao subdesenvolvimento. Aspecto que começa a mudar segundo Oliveira (2005), nos anos 1950, quando os países da região aceleram seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, uma eminente reação do negativismo da ideia de América Latina introduzido pela literatura dominante começa a ser quebrada a partir dos escritos em defesa região por teóricos regionalistas. Dentro deste perspectiva, conforme argumenta Monteiro (2006), está Manuel Bonfim – sergipano, médico e educador radicado no Rio de Janeiro –, que na obra “América Latina: Males de Origem” em 1905 na França reage contra o que considerou malevolência europeia a partir de seu posicionamento quanto a América do Sul, onde resolve definir o que realmente seria América Latina, que sob seu olhar crítico, era vista de maneira muito diferente da opinião dominante até então. Bonfim, neste sentido, contrariou toda a tradição vigente da historiografia brasileira que louvava a matriz colonizadora ao focar seu ataque sobre as matrizes colonizadoras ibéricas.

Também segue nesta linha crítica segundo afirma Monteiro, o uruguaio José Henrique Rodó, que em 1913 editou diversos ensaios reunidos em dois volumes sob o título “El Mirador de Próspero” onde ressaltou a influência nociva dos Estados Unidos da América sobre a América Latina a partir de duas doutrinas por ele rotuladas de utilitarismo e americanismo.

Estes, entre outros autores de postura questionadora e crítica da literatura dominante até então vigentes podem ser considerados alguns pilares do pensamento ideológico independente e regionalista. Porém, conforme veremos mais adiante esta crítica auxilia o entendimento de outros olhares, especialmente na definição da identidade latina.

4 Por uma identidade latino-americana

A legitimação da Identidade de um povo, de uma nação representa entre outros significados o reconhecimento de sua cultura, modo de vida, língua, costumes entre outras especificidades inerentes ao seu grupo social. A composição da identidade latino americana também pressupõe estas prerrogativas.

Entretanto, a identidade latina evoca entendimentos interessantes a partir da discussão polarizada entre a literatura de ênfase colonialista e a de perfil regionalista, que em si, buscam definir ou rotular a América Latina a sua forma de observação. Isto em função da região em questão ser composta por diversos países com particularidades e também aspectos semelhantes no que tange ao seu processo histórico político e social.

Esta região enfatizada predominantemente nos escritos do final do século XIX e início do século XX, sob o olhar do “outro” ou da visão euro centrista colonialista a

partir de concepções negativas relacionadas as suas características expressivas de pobreza e corrupção eram vistas como inseparáveis do indivíduo latino.

No entanto, a literatura emergente e reativa veio se estabelecer, somente a partir de meados do século XX, estabelecendo o outro polo de visão da região, em função do não reconhecimento da identidade latino-americana. A desmistificação de determinadas conjunturas analíticas foram os objetivos de alguns escritores, que analisaram a região por outras perspectivas no intuito de reparar a imagem distorcida e até então preponderante na literatura hegemônica.

Em meio as diferentes vertentes que ecoam no século XX, houve teorias críticas que combateram certos equívocos na história de reconhecimento da América Latina. Estas refletiram o pensar de outras dimensões ou categorias de América Latina, até então pouco evidenciadas na literatura histórica dominante. É possível analisar assim, no plano histórico evolutivo, que a questão da identidade latina envolveu diferentes interpretações. Entretanto, chama atenção o tratamento da identidade latina em plena formação em meados do século XIX.

Em se tratando da origem identitária da região, vários são os elementos que auxiliam a legitimação deste novo ator social. Alguns deles relativos a pelo menos dois reconhecimentos explícitos. Um por parte do próprio agente interno e outro por parte de seus agentes externos.

Neste contexto, a formação de uma identidade pode também se relacionar a vários fatores distintos e apresentar elementos de análise, que segundo Castells (1996) se estabelece a partir de uma identidade legitimadora ou de resistência sob a perspectiva de sociedade civil. Contudo, o autor observa que: “A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 1996, p.23).

Por outro lado, conforme enfatiza o autor, a construção de uma identidade é em grande medida determinada pelo seu conteúdo simbólico. De modo que a construção de uma identidade ocorre sempre em um contexto marcado por relações de poder. Assim, conforme menciona o autor três categorias de identidade podem ser distinguidas: 1) Identidade legitimadora – Introduzidas por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; 2) Identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica de dominação, e 3) identidade de projeto - enfatizado quando os autores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade buscando a transformação de toda a estrutura social.

Estes estágios identitários sugerem que o projeto de uma identidade latina pode se constituir por diferentes contrastes. Todavia, alguns dos principais entendimentos sobre a identidade latina foi de que a mesma era deturpada por teorias e ideologias dominantes. Condição que segundo ressalta Oliveira (2005, p. 110) começa a mudar:

“no final do século XVIII e começo do século XIX, com a independência do EUA e mais tarde das colônias hispânicas e portuguesas que a ideia de América passou a ter dimensão política que

envolvia o rompimento dos laços coloniais. E foi este rompimento com as metrópoles que exigiu um grande esforço de criação de um sentido de unidade”.

Os efeitos desta ruptura colonial favoreceram entre outros fatores a projeção do paradigma de identidade latina americana. Objeto que favoreceu novas leituras sobre a ideia da identidade latina e momento de reparo da imagem deturpada e reducionista que prevaleceu por longa data nas fontes escritas.

Um aprofundamento desta passagem pode ser analisado a partir da abordagem de Feres Jr (2003), que menciona que o interesse por estudos sobre a região por parte de pesquisadores externos foi despertado somente nos anos 1960, precedidos por fontes escritas como os dicionários americanos, que apontavam a região de maneira pejorativa e depreciativa.

Além disso, o autor faz uso da terminologia de Reinhart Koselleck (1985) para definir que a utilização do termo a América Latina por outros povos era visto como um contra conceito assimétrico, onde o enfoque era subitamente depreciativo. Aspecto que veio a ser amenizado por autores como Reis (1988), que abordou entre outras especificidades os princípios libertários do homem latino. Neste sentido, para o autor:

“O homem latino-americano era o objeto e não sujeito de sua história. Pois a história nos foi imprimida pelo colonizador. Enquanto a América Latina não assumiu (não assume) a condição de seu processo histórico, a realidade em vigência entre nós foi (tem sido) a europeia. Ou seja, fomos (somos) dependentes culturalmente. E é claro, a dependência cultural é o corolário de uma dependência econômica e política (p.26).

Por outro lado, o autor ressalta, que povo latino também seria obrigado a compreender a sua realidade a partir de parâmetros importados e impostos. Nesta perspectiva, Reis enfatiza que uma resposta pronta sobre o que é América Latina ou mesmo sobre o que é ser latino-americano deveria ser evitada de imediato, isto pelo menos para não se cometer mal entendidos clássicos, como os cometidos no passado por europeus ao chamarem o Peru de império Inca e apelidar Yucatán terra das culturas Maias.

Estes equívocos históricos levantados por Reis são apenas alguns dos elementos que deturparam a imagem latina desde sua origem. Porém, enfatiza contra esta corrente dois escritores latino-americanos Borges e Cortazar pela importância de suas produções teóricas na ênfase de que a América Latina tinha vez e voz nos seus escritos.

Embora, esta postura reativa já venha sendo gestada desde meados do século XX, uma das obras que vislumbra o olhar enviesado e colonialista da América Latina é facultada por Galeano (1978). Para este autor “a América era o vasto império do diabo, de redenção impossível ou duvidosa, mas que a fanática missão contra a heresia dos nativos confundia-se com a febre que provocava, nas hostes da conquista, o brilho dos tesouros do Novo Mundo.” (p.11).

Além disso, o principal enfoque do domínio colonialista foi explorar a qualquer custo as fontes de riquezas das nações colonizadas. Sendo o desenvolvimento das nações colonizadoras o resultado do subdesenvolvimento latino.

Do ponto de vista da geopolítica segundo afirma Cairo (2008), a importância marginal da América Latina é resultado do pensamento de autores anglo-saxões e alemães que desenharam a representação do espaço mundial dominante ao longo do século XX. Outro aspecto relevante era de que a região se situava distante do conflito central do mundo.

Todavia, o fim da guerra fria veio a reforçar a posição da América Latina, em especial do Brasil como uma região autônoma e com seus projetos políticos independentes. Contudo, uma visão mais branda do contexto latino-americano é apresentada por Richard Morse (1992), que articula alguns dos fatores categóricos do domínio colonialista nos países latino-americanos ressaltando a questão do Outro latino-americano a partir da metáfora do espelho que distorce a realidade. Na sua ampla retórica valoriza os contrastes entre a América anglo-saxônica e a América Ibérica apontando aspectos ideológicos e culturais das nações colonialistas que prosperavam na região.

A obra em questão, também abre cenários para novas reflexões sobre o contexto de América Latina e de críticas. Talvez a mais expressiva, de Schwartzman (1988), que enfatiza o equívoco de Morse, na metáfora do espelho de Prospero. Sob o aspecto conjuntural, Oliveira (2005) aponta que Morse se recusa a estabelecer o contraste entre América Latina e Estados Unidos, e em seu lugar utiliza os conceitos Ibero América e Anglo América, querendo com isto, realçar a herança ideológica e institucional das duas nações matrizes.

O esforço teórico de Morse, também é objeto de análise de Quijano (2005), que se atenta ao componente da histórica latino-americana sob a perspectiva eurocêntrica que opera como um espelho que distorce o que reflete apresentando uma imagem apenas parcial. Neste aspecto, segundo o autor é possível identificar:

“a tragédia em que todos foram conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. De maneira que seguimos sendo o que não somos, e como resultado não identifica e resolve nossos verdadeiros problemas, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.” (QUIJANO, 2005, p.240).

A posição deste autor e de outros diversos como os citados anteriormente, expressam e reforçam a ideia de se sobrepôr a incredulidade eurocêntrica sobre os valores e a capacidade do homem latino-americano. Entretanto, para Quijano, a descolonização seria o ponto de partida do homem latino para sua liberdade e autonomia. Porém, seria necessário antes aprender a se libertar do espelho eurocêntrico onde a imagem da região é sempre e necessariamente distorcida.

5 Considerações finais

A história da América Latina envolve polêmicas de diversas naturezas. No que se refere a terminologias ou conceitos, Bal (2001) afirmou que estes não são fixados e viajam entre disciplinas, especialistas, períodos históricos e geograficamente, entre comunidades acadêmicas. O tratamento de América Latina sob este prisma é uma concepção que também passou por diferentes interpretações e sentidos na literatura

dominante colonialista deste seu surgimento. Do mesmo modo, a ideia de uma identidade latino-americana que até hoje apresenta interpretações distintas.

A luz da teoria histórica a origem do conceito América Latina e a identidade latino-americana figura sob um cenário de amplas divergências apontando para o rico e polêmico debate da história da região. Este percurso “desmistifica” a história vigente a ponto de:

“destruir os particularismos que impedem a autêntica compreensão de um fenômeno que só pode e deve ser compreendido tendo em conta os horizontes que o limitam e que, em última instância, não é outro que a história universal –que, passando pela pré-história e pela paleontologia, entronca-se com a temporalidade cósmica. Querer explicar a história de um povo partindo ou tomando como ponto de partida alguns fatos relevantes – embora sejam muito heroicos e que despertem toda a sentimentalidade de gerações – que se situam no início do século XIX ou do XVI, é simplesmente "mitificar" e não "historiar"” (DUSSEL, 1992, p.15)

Desta forma, os contrastes da história para Dussel revelam que a América Ibérica se mostra heterogênea e invertebrada no sentido de um processo de sucessivas influências estrangeiras, que se constrói como reação a uma civilização e cultura latino-americana. Assim, a cultura em sua essência não se torna fruto de uma evolução homogênea própria, mas de uma evolução que se forma segundo as irradiações que vêm de fora. Portanto, conforme observa, Dussel as ideologias estrangeiras são nocivas a América Latina, especialmente no que tange a sua identidade. Característica que contribuiu para o não reconhecimento da região como conceito e nação.

A ausência de uma consciência latino-americana também foi para Dussel, um dos empecilhos para o progresso dos países da região. Neste contexto, enfatiza que é necessário descobrir o lugar que cabe América Latina na sua história e além disso, buscar a projeção da região como unidade devendo-se assumir a totalidade do nosso passado e penetrar na civilização universal como “nós mesmos”.

Deste modo, aceitar as diferenças e problemas comuns da região reconhecendo suas potencialidades e sua identidade na história mundial auxilia o despertar do homem latino para sua riqueza enquanto, povo, cultura e língua. E reforça seu sentido de unidade e seu reconhecimento enquanto nação.

Referências bibliográficas

ARAUJO, MARIA. C. **Prospectos da democracia na América Latina em 2006**. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2006, p.1-13.

BAL, Mike. **Travelling concepts in the humanities: a rough guide**, University of Toronto Press, 2002.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 44, jul/dez, 2009, p. 289-321.

BRUITI, Hector. **A invenção da América Latina**, Doc. 2005, disponível: <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5/hector5.htm>

CAIRO, Heriberto. América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua Autonomia. **Caderno CRH**, Salvador, 2008, v. 21 , nº 53, p. 221-237.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, v. II, Paz e Terra, São Paulo, 1996, p. 22 -28.

DUSSEL, Enrique. América ibérica na história universal, **Revista Occidente** nº. 25, Madri, 1965, p. 85-95.

FERES JR, João. Latin America como conceito: a constituição de um outro americano, **Teoria e Sociedade**, São Paulo, 2003, p. 18-41.

_____, Spanish america como o outro da América, **Lua Nova**, São Paulo, 2004, p.69-90.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

MONTEIRO, Carlos. A. A América Latina: da criação passada à invenção necessária. In: LEMOS, Amalia, et al. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, San Pablo. Dez. 2006.

MORSE, Richard. M. **O Espelho de próspero**, Cia das Letras, São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina, P **Sociologias**, Porto Alegre 2005, p.110-129.

QUIJANO, Aníbal . Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, In: LANDER, Edgardo (Org), **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 227-278.

REIS, Roberto. O espaço da latino-Americanidade, **Crítica Literária Latino Americana**, Lima, 1988, p.25-37.

SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de morse, In: SCHWARTZMAN, Simon. **A redescoberta da cultura**, Edusp, São Paulo, 1997, p. 149-168.

Artigo recebido em 29 de outubro de 2011.

Aprovado em 30 de dezembro de 2011.